

Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica

Eugênio Carlos Ferreira Braga

Introdução

Para muitos pesquisadores, o elemento mais básico da investigação social empírica é o que se costuma denominar por dado. Mas o que é o dado? “Em contexto sociológico, dados são fatos que os cientistas sociais coletam, analisam e interpretam” (Johnson, 2000, p. 76). Porém, nem mesmo as definições de conceitos tão básicos como os de dado e fato encontram nas ciências sociais estabilidade e consenso; sobrepõem-se crescentemente revisões quanto à sua caracterização. Ainda mais porque a idéia de algo “dado” desconsidera a participação do sujeito na construção da informação e do objeto de estudo. O que é dado, livre da influência “negativa” do pesquisador, possui todo seu conteúdo oriundo das características inerentes do próprio objeto e, ao exteriorizá-las, o faz de forma objetiva, clara, direta.

No limite, pode-se partir da citada definição de dado e alcançar toda a controvérsia sobre a possibilidade da utilização do método científico das ciências físicas para as ciências humanas e sociais, criando vínculos em tradições sociológicas que caminharam desde o positivismo de Comte e Durkheim ao quantitativismo da sociologia norte-americana do pós-guerra.

De modo cada vez mais consensual, no entanto, a tônica nos textos metodológicos, que nem precisam estar explicitamente

incluídos em uma definição pós-positivista, é tal que não há como negligenciar a idéia de que

os dados não são coletados, mas produzidos. Os fatos não existem de forma independente do meio pelo qual são interpretados, seja um modelo teórico explícito, um conjunto de pressupostos ou os interesses que levaram aos dados a serem coletados em primeira instância (May, 2004, p. 43).

É na epistemologia que encontramos as origens desse debate: de um lado os empiricistas e sua crença na relação direta, mediada pelos sentidos, entre o observador e o dado real, entre conhecimento e realidade, considerando a mente como tábula rasa na qual são impressos os dados do real, como o faz Bacon; e, de outro, os racionalistas, que inserem o papel da razão e das idéias *a priori* no contato com o real, em muitos casos prescindindo desse contato, como Descartes (Haguette, 2001).¹

Encontramos essa referência no trabalho de Pereira (2001, pp. 22-3), o qual, ao fazer sua distinção entre pesquisa qualitativa e análise quantitativa de dados qualitativos, afirma: “a oposição entre essas duas abordagens [quantitativa e qualitativa] é uma representação, provavelmente extemporânea e inapropriada, da oposição entre racionalismo e empiricismo como paradigmas científicos distintos” e “o dualismo das abordagens

racional e experimental chega aos dias de hoje na oposição entre pesquisas qualitativas e quantitativas” (*Idem*, p. 25). Um “efeito colateral” do presente artigo é mostrar que a questão da compatibilidade entre ambas as metodologias envolve outros elementos e debates em nossa área. Há algo além que intriga os pesquisadores que discutem essa oposição. A princípio, meu objetivo é delinear, com a ajuda da literatura, algumas das principais questões metodológicas e epistemológicas relativas à pesquisa social empírica de orientação qualitativa e, posteriormente, à utilização conjunta de técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas.

É comum na literatura sobre métodos de pesquisa que se ressaltam as oposições típicas entre duas abordagens distintas: objetivismo/subjetivismo, generalidade/particularidade, artificial/natural, conhecimento por fora/de dentro, explicação/compreensão, amplitude/profundidade, sujeito-objeto/ sujeito-sujeito, positivismo/pós-positivismo, regularidade estatística/descrição etnográfica, tratamento fragmentado por variáveis/holismo, fato social/construção social da realidade, e muitas outras. Em larga medida, como decorrência das diferentes origens e trajetórias que constituíram o pensamento nas ciências sociais, formou-se uma dicotomia entre pesquisa quantitativa e qualitativa, já em desuso, mas que ressurgiu vez por outra. Inúmeros trabalhos foram escritos, alguns fortalecendo, outros decretando a irrelevância da questão. De todo modo, não é surpreendente que várias empresas de pesquisa² também dividam suas atividades nesse mesmo modelo dicotômico, sem considerá-las incompatíveis. Uns dirão que isto se deve à parca qualidade das pesquisas realizadas nesse âmbito. E, no entanto, apesar das diferenças, a dinâmica dessas duas especialidades muitas vezes desemboca em uma mesma conclusão: complementaridade

metodológica e técnica. Adiante, mostro o debate envolvido nessas questões e uma sistematização de como a ciência social busca ultrapassar os obstáculos que ela mesma criou. Para tanto, percorrerei duas outras problemáticas importantes nas ciências sociais contemporâneas: a noção de incomensurabilidade paradigmática e a relação entre teorias e técnicas.

Partirei, então, deste princípio quase consensual (embora haja quem não consiga aliar intenção e ação): todo fato é mediado por um conjunto de elementos inevitavelmente alheios ao objeto de estudo (o clássico debate fato/valor, cerne da questão da objetividade). E, indo um pouco mais além, na atividade científica, não seria exagerado supor que as técnicas e procedimentos de pesquisa, as diferentes formas como produzimos os dados e as observações, também possuem seus pressupostos, tanto teóricos quanto operacionais. Mas quais seriam esses pressupostos? E como apreendê-los em favor da reflexividade na pesquisa?

Elementos e Teses sobre a Investigação Qualitativa

Associada a um leque de propostas teóricas e práticas (na sociologia, por exemplo, à etnometodologia, ao interacionismo simbólico, à hermenêutica, ao construtivismo social, à pesquisa-ação, ao interpretativismo, à fenomenologia, à *ground-theory* etc.) em várias disciplinas (antropologia, psicanálise, semiótica, educação etc.), a definição do que é pesquisa, metodologia ou investigação qualitativa só poderia resultar em muitas controvérsias e tentativas desencontradas. Flick (2002) diz que o termo “pesquisa qualitativa” é como um guarda-chuva para uma série de abordagens sobre a pesquisa em ciências sociais, muitas remontando a longas

tradições teóricas. Denzin e Lincoln (2000) escreveram que “o campo da pesquisa qualitativa é definido primordialmente por uma série de tensões essenciais, contradições e hesitações”.³

O que a une, à primeira vista, parece ser os métodos, técnicas ou procedimentos compartilhados: entrevista em profundidade, grupo focal, observação participante, história de vida, etnografia etc. Essa base técnica é freqüentemente privilegiada, evitando “batalhas” epistemológicas na crescente oferta de manuais de pesquisa qualitativa: “(...) privilegiar os procedimentos e a boa prática, e evitar confusões epistemológicas”, (Bauer e Gaskell, 2003, p. 16).

Diante do que consideram uma “exasperante diversidade teórico-metodológica”, que faz com que se coloque no saco da investigação qualitativa “tradições teóricas diferentes, com fundamentos epistemológicos alternativos, quando não excludentes”, Castro Nogueira e Castro Nogueira (2002) propõem uma sistematização a partir de uma hierarquia analítica interna à própria noção de pesquisa qualitativa. Desse modo, três planos distintos, porém referenciados, estão envolvidos na reflexão epistemológica sobre a pesquisa qualitativa:

1) *plano técnico*: diz respeito ao discurso tático e instrumental do processo de coleta de informações e dados, ou ainda à obtenção, produção e registro de enunciados de observação;

2) *plano teórico-metodológico*: fundamenta o plano anterior em um conjunto de critérios estratégicos e de artefatos teóricos que: (a) configuram o real de um modo determinado, construindo e produzindo os fenômenos de tal modo a corresponder aos compromissos teóricos assumidos; e (b) ordenam a prática da investigação estabelecendo a adequação técnica necessária no nível empírico/tecnológico;

3) *plano ontológico-epistemológico*: funda a validade teórica e metodológica estabelecendo-a

em um conjunto de concepções acerca do real e de sua representação, assim como na dimensão pragmática e praxeológica do conhecimento.

Cada um dos planos representa uma ruptura epistemológica diferente, e se relacionam de modo tal que cada um deles “remete e fundamenta o posterior” (*Idem*, p. 2). Técnica, formulação teórica e representação ontológica não estão no mesmo plano de conhecimento mas se inter-relacionam.

No plano ontológico-epistemológico, os autores acompanham a noção de “olhar qualitativo” de Luis Enrique Alonso, que “se interessa por, e com esse interesse institui, um modo de realidade específico, que somente é possível apreender/construir a partir de certos recursos metodológicos e técnicos” (*Idem*, p. 3). E tais recursos, reciprocamente, adquirem sua legitimidade por serem derivados de certas concepções sobre o real e sua apreensão pelo sujeito cognoscente. Essas concepções seriam os compromissos ontológico-epistemológicos – sobre a realidade e sobre a mediação do observador sobre a mesma e que resulta no conhecimento – que são distintivos de olhares diferenciados sobre os objetos sociais de estudo.

Segundo os Castro Nogueira, um primeiro compromisso geral, uma primeira tese, diz respeito à natureza dos fatos: *os fatos são construções científicas e não existem fatos brutos*, ou seja, por trás dos dados existem compromissos e opções teóricas que pertencem ao investigador e à ciência e não à realidade tomada por si mesma. Indo além, a investigação científica ajuda a criar a realidade. Voltamos aqui ao discutido anteriormente sobre a dificuldade atual de fundamentar o conhecimento em bases empiricistas.

Nas ciências sociais, existem duas aproximações distintas para a realidade e, assim sendo, há duas realidades distintas: *o social como fato e o social como processo*. Esta segunda tese, agora mais uma dualidade ontológi-

co-epistemológica, adotada de modo diferenciado por tradições teóricas na sociologia, está na raiz da distinção entre explicação e compreensão, modalidades distintas para a fundamentação do conhecimento científico.⁴ Considerado como fatos, os fenômenos sociais podem ser convertidos em eventos discretos, estáveis, etiquetáveis e padronizados, ou seja, preparados para tratamento matemático-estatístico. Porém, quando tratados como processos, é o dinamismo da emergência dos fenômenos sociais que é sublinhado, oferecendo-lhes continuidade, mudança e negociação constante em interações simbólicas, processos comunicativos e de formação de significados. E é por essas características que, em outros autores, “processo” é um termo equivalente a “significado” ou a “discurso”. A investigação social qualitativa está afinada com essa caracterização do fato como processo/discurso, que a torna metodologicamente inserida tanto na perspectiva interpretativo-hermenêutica quanto, por ser direcionada à semiose pela negociação simbólica nas microinterações do mundo da vida, nas palavras de Haguette (2001), na compreensão dos microprocessos de ação social, que, em contraposição às macroestruturas, são consideradas como o motor da história.

A terceira tese avança na dualidade dos fenômenos sociais: *existe uma indeterminação intransponível entre fatos e processos*. As aproximações da realidade são independentes e irreduzíveis de tal modo que surge a “impossibilidade lógico-ontológica de representar um mesmo fenômeno psicossocial simultaneamente sob ambas perspectivas em sentido unívoco” (Castro Nogueira e Castro Nogueira, 2002, p. 5). Tal como o princípio químico de Heisenberg, “fatos e discursos pertencem a esferas epistemológicas radicalmente distintas e representam ordens de realidade excludentes”.

Essa “grande falha”, brecha onto-epistemológica, como olhares distintos que reconhecem coisas distintas ao se defrontarem com o mundo, divide fatos e processos em esferas distintas do conhecimento de acordo com a idéia de que nestes últimos estão consideradas três dimensões não abarcadas pelos fatos e que estão na raiz da citada indeterminação: *a linguagem, a conduta com significado e o imaginário*; esta é a quarta tese dos Castro Nogueira. A linguagem por ser polissêmica, conotativa, ideológica e “indexical”, a conduta significativa por se fundamentar “em um movimento constante de criação e reificação por meio da negociação social de significados” e o imaginário – sonhos, fantasias, imagens, ilusões e delírios – por ser também uma fonte de determinação da ação social. Mas então como enfrentar essa indeterminação?

Não há porque recusar a cooperação entre métodos e a livre concorrência e a convergência das práticas investigadoras mais heterogêneas. Mas convém lembrar que essa cooperação se faz sempre a partir de compromissos ontológicos e epistemológicos diferentes, e, em certas ocasiões, excludentes. Por mais que se deseje suavizar o tom de oposição metodológica – questão necessária por muitos motivos de ordens diferentes: maior produtividade, ordenação e cooperação corporativa do conhecimento... – não se pode esquecer a circunstância que funda a diferença e que torna impossível estar simultaneamente em ambos espaços. Complementação, convergência, triangulação etc., não são senão modos de articular a diferença, mas não de fazê-la desaparecer” (*Idem, ibidem*).

Nesse sentido, a escolha entre um modelo e outro segue em função de critérios de interesses e propósitos pragmáticos, em que se articulam problemas de investigação e uma aproximação da realidade na qual importa saber renunciar ao que se perde:

esta é a quinta e última tese que os autores nos apresentam.

Poderíamos denominar por ora a metodologia de investigação fundamentada na onto-epistemologia do *social como fato* – mesmo enquanto construção – como positivista e sua concorrente, fundada no *social como processo/discurso* como interpretivista, um termo freqüentemente utilizado com sentido mais abrangente e que engloba tradições variadas, referidas como compreensivas, fenomenológicas, hermenêuticas, interacionistas e construtivistas. De modo semelhante, existem na literatura diversos outros esforços distintos para dar sentido às várias perspectivas metodológicas e teóricas nas ciências sociais e, mesmo as que coincidem na forma, às vezes não o fazem no conteúdo. As idéias de Kuhn, e seu controverso conceito de paradigma, deram redobrado impulso a essas tipologias.

Indefinição e Incomensurabilidade Paradigmáticas

A idéia supracitada de uma “grande falha”, como afirmam os Castro Nogueira (2002, pp. 5-6):

(...) traz facilmente à memória a tão usada polêmica acerca da incomensurabilidade dos paradigmas, suscitada por T. S. Kuhn e acolhida em boa parte da produção pós-moderna em diferentes campos. Ao retomar essa polêmica, não pretendemos mais que ilustrar, uma vez mais, o arraigado desta brecha onto-epistemológica que, como uma grande falha, mantém dividido o cenário do conhecimento da realidade social e da realidade do conhecimento social.

Desde sua publicação, as idéias de Kuhn reverberam no pensamento sociológico, principalmente na análise de sua condi-

ção ou não de ciência normal. No entanto, como as possibilidades de interpretação são extremamente variadas, muitas foram as tentativas de captar quais os paradigmas atuantes na disciplina. Em 1979, por exemplo, Eckberg e Hill (1979, p. 925) observaram mais de dez delimitações diferentes desses paradigmas: “existem quase tantas visões do *status* paradigmático da sociologia quanto sociólogos realizando estas análises”. Apresento uma dentre muitas, que, por ser relativamente conhecida, servirá para expor o debate que suscitou.

Em artigo na *The American Sociologist* em 1975, George Ritzer propôs uma aplicação que julgava mais adequada das idéias de Kuhn para a sociologia, descartando a inflexão que fez com que Kuhn voltasse atrás em muitos dos pontos polêmicos da primeira edição do livro *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962. Nesta edição, Kuhn sublinha os aspectos políticos dos paradigmas e a irracionalidade das lutas científicas. Uma revolução paradigmática ocorre como resultado de disputas pelo poder dentro de uma disciplina, idéia longe da ciência linear e cumulativa que predominava na história da ciência. Central para o debate aqui proposto é a relação intrínseca entre paradigma e método: “os paradigmas (...) são fonte de métodos, áreas problemáticas e padrões de solução aceitos por qualquer comunidade científica amadurecida” (Kuhn, 2003, p. 137). Em uma passagem citada por Ritzer, Kuhn delimita como paradigma “toda constelação de crenças, valores, técnicas entre outras coisas compartilhadas pelos membros de uma dada comunidade científica” (Kuhn *apud* Ritzer, 1975, p. 156). De fato, Kuhn não forneceu, em suas primeiras tentativas, apenas uma definição do conceito. Masterman avalia que Kuhn utilizou o termo paradigma em pelo menos 21 modos diferentes (Masterman *apud* Eckberg e Hill, 1979, p. 926).

Para Ritzer, um paradigma é composto por quatro componentes básicos: um modelo ou um trabalho exemplar, uma imagem da área sob investigação, teorias, métodos e instrumentos. Portanto, a sociologia como disciplina multiparadigmática possuiria subcomunidades científicas disputando a hegemonia da disciplina, um embate político de teorias e métodos, ainda que nenhum paradigma tenha alcançado poder suficiente para dominá-la exclusivamente.

No entanto, na caracterização dos três paradigmas básicos na sociologia, os métodos e instrumentos não se encaixam perfeitamente: o paradigma dos fatos sociais, que possui como trabalhos exemplares *As regras do método sociológico* e *O suicídio*, de Durkheim, apresenta como correspondente técnico uma *tendência* ao uso de questionários e entrevistas; o paradigma das definições sociais, associado aos modelos de análise de Max Weber, encontra uma utilização *mais freqüente* de métodos observacionais; e o paradigma do comportamento social, bem menos seguido que os anteriores, representado pelos trabalhos de B. F. Skinner, mostra uma *preferência* pelo método experimental, apesar de poder usar todas as técnicas dos demais paradigmas.⁵

Ocorre o que Ritzer chama de irracionalidade, que faz com que os métodos utilizados empiricamente na sociologia não sejam em muitos casos adequados aos paradigmas que os fundamentam. Sua abordagem baseada nos paradigmas kuhnianos, “ênfatisa a ligação geral entre métodos e teorias” (1975, p. 164).

Quase simultaneamente, em outro periódico, mas também em uma nota publicada no *The American Sociologist* no ano seguinte, William Snizek questiona a ligação entre teoria e método apontada por Ritzer (Snizek, 1975; 1976). Em uma avaliação sistemática de 1.434 artigos de nove dos prin-

cipais periódicos de sociologia no período de 1950 a 1970, Snizek observou que os sociólogos orientados pelo paradigma dos fatos sociais não utilizavam, mesmo como tendência majoritária, questionários e entrevistas. Ao contrário, encontrou mais da metade dos artigos desse paradigma utilizando métodos não-empíricos. Resultados contraditórios ao texto de Ritzer apareceram também nos outros paradigmas: os definicionistas preferiram entrevistas e questionários, e não métodos observacionais, assim como os comportamentalistas. Entretanto, Snizek não descredita totalmente a análise de Ritzer, que, segundo ele, precisaria de maior acurácia na definição dos paradigmas.

Ritzer responde, em uma carta publicada no número seguinte, criticando a metodologia da investigação empreendida por Snizek⁶ (Ritzer, 1977, p. 23). Mas também fica claro na carta como aquele paradoxo dos métodos empíricos no paradigma dos fatos sociais e a irracionalidade na escolha poderiam ser resolvidos: “Eu disse que os ‘fatistas sociais’ *deveriam* usar o método histórico/comparativo”, explicitando um dos termos da controvérsia normativa que voltarei a tratar em seguida. A predominância da utilização de questionários e entrevistas indicaria uma orientação geral cientificista e uma opção por métodos mais rápidos e com menor custo.

A análise paradigmática da sociologia elaborada por Ritzer, assim como outras onze, são colocadas em questão por Eckberg e Hill. Falta, segundo os autores, atenção às obras posteriores de Kuhn, onde ele privilegiou a noção de paradigma como modelo para a solução de problemas, exemplar ou *puzzle-solving*, em contraposição a definições mais amplas de pressupostos metafísicos ou de matriz disciplinar e aos dois aspectos centrais do termo mesmo em escritos anteriores a 1962: a natureza cognitiva e

funcional dos paradigmas e sua base em comunidades científicas específicas. Assim, se paradigmas existem na sociologia, estes não poderiam envolver toda a disciplina, mas áreas substantivas de pesquisa (como relações étnicas, socialização política etc.), envolvendo um conjunto de pesquisadores e gerando uma tradição de pesquisa visível (Eckberg e Hill, 1979). Ritzer, apesar de sinalizar sobre a centralidade do aspecto exemplar de paradigma, frustra as expectativas dos autores em sua análise.

A controvérsia que surgiu, com comentários de Ritzer e uma resposta de Eckberg e Hill, mostra claramente a imprecisão do conceito e as múltiplas interpretações possíveis (Ritzer, 1981; Eckberg e Hill, 1981). Ritzer discorda do que chama de “purismo kuhniano” dos autores ao apoiar uma definição de paradigma como exemplar que não cabe na sociologia. Não se conseguiria ter uma visão da estrutura do campo sociológico se tivéssemos tantos paradigmas quanto áreas substantivas de pesquisa. Seriam demasiados para dar uma visão geral do campo, possível com uma definição de paradigma como matriz disciplinar.

Ritzer poderia responder que resignificou o conceito de paradigma, que se apropriou da idéia sem se apropriar da totalidade das dimensões do conceito como elaboradas por Kuhn, e dar uma nova denominação para o seu constructo (perspectivas, temas, abordagens, escolas de pensamento etc.), uma estratégia não tão rara na literatura sociológica. De outro modo, imperfeições e incertezas conceituais não poderiam ser trabalhadas em um esforço posterior. O conceito de paradigma é originário da lingüística e mesmo Kuhn tendeu a privilegiar alguns aspectos em detrimento de outros. O que importa considerar aqui são, em primeiro lugar, as ambigüidades do uso do termo paradigma e de suas implicações para a

sociologia⁷ e, em segundo lugar, que termos e conceitos metodológicos e epistemológicos podem ser, e são, continuamente resignificados, sem uma relação necessária com suas características originais. A relação entre significativo e significado, entre um plano superficial e outro que fornece os elementos definidores da amplitude do que se trata, não é universal, mas construída discursivamente.

Por outro lado, quer se aplique o conceito de paradigma ou não, a sociologia se desenvolveu historicamente a partir de redes de ontologias, conceitos, teorias, práticas e técnicas, articuladas em nós, em planos complexos de significação e referencialidade. Não é necessário ater-se somente à noção de incomensurabilidade de paradigmas para se ter, em alguma medida, a realidade das grandes diferenças entre perspectivas metodológicas e teóricas da disciplina. Com tantas redes, o resultado de uma integração poderia resultar em contradições internas. A problemática reside na força desses laços de representação/referencialidade.

Talvez sejam essas redes de referências simbólicas e reais que fazem com que Ritzer advogue uma ligação normativa entre paradigma e pesquisa, como visto acima. Ou seja, falamos da imagem da área sob investigação, da representação aceita para um problema de pesquisa, enfatizada tanto por esse autor como por Eckberg e Hill (1979, p. 927), ou do “olhar” qualitativo ou quantitativo: “a função, então, de um exemplar é permitir um modo de ver a área sob investigação em nível concreto, possibilitando assim a solução de problemas”. Pode-se perceber a referência às mudanças perceptivas das revoluções científicas – Kuhn (2003, p. 171) afirmava que “após uma revolução, os cientistas trabalham em um mundo diferente” – mesmo quando o paradigma como concepção de mundo perdeu espaço para o paradigma enquanto exemplar, evocando a idéia de incomensurabilidade paradigmática.⁸

É isto que está em discussão na crítica e superação do positivismo, impulsionados como reação a um estado de coisas real, de dominação do homem pelo homem através da técnica e da ciência, que ensejaram abordagens tidas como irreconciliáveis. Tratava-se de uma nova maneira, de novos padrões de referência até cognitivos para se olhar o mundo. Na esteira das diferenças entre paradigmas/escolas de pensamento/abordagens teórico-metodológicas, surgiu, renovado no fim da década de 1970 e com vigor até hoje, um debate sobre a incompatibilidade entre metodologias e métodos quantitativos e qualitativos nas ciências sociais, alcançando também áreas como avaliação, pesquisa em saúde, em educação e em administração.

Blaikie (1991), por exemplo, distingue três perspectivas metodológicas ideal-típicas nas ciências sociais, e que sobrevivem por seus pressupostos ontológicos e epistemológicos incongruentes, a saber, positivismo, interpretivismo e realismo. Por extensão, caminharíamos em terreno de articulação restrita, pois como integrar visões de mundo que, de um lado, concebem o mundo social como real absoluto, como fazem os positivistas e, de outro, como um processo social cambiável ao longo do tempo, segundo a visão dos interpretivistas? Isso minaria também uma articulação entre métodos de pesquisa, correspondentes às diferentes perspectivas. Assim, metodologia e métodos qualitativos e quantitativos quando combinados poderiam resultar em confusão, ecletismo e ilusão de se obter maior confiabilidade nos dados, sem uma “consciência dos pressupostos ontológicos e epistemológicos diferentes e incomensuráveis associados a teorias e aos métodos” (*Idem*, p. 115). Assim, a articulação técnica tem algo que se relaciona com as idéias de paradigma, incomensurabilidade, pressupostos e com as tradições teóricas do pensamento social.

Nem todos trilham esse caminho. Do outro lado do debate estão aqueles que pensam como Kelle (2001):

um problema crucial é que todo o debate [sobre a integração técnica] tem sido sobrecarregado com argumentos metodológicos e epistemológicos em contraposição a argumentos teóricos. Se, de um lado, muitos “paradigm warriors” mostraram uma forte preferência por proposições epistemológicas gerais sobre a natureza da realidade (ênfatisando, por exemplo, que existem “múltiplas realidades”), “pacifistas” ou “integracionistas” têm desenvolvido principalmente diretrizes metodológicas para a integração dos métodos, considerando aspectos teóricos como uma questão do projeto de pesquisa concreto e de questões de pesquisa.⁹

Ambos, Kelle e Blaikie, discutem a noção de triangulação entre métodos de pesquisa, cunhada no fim da década de 1950 por Campbell e Fiske. E, apesar de remeter a um lado mais técnico, a noção de triangulação pode se referir também a metodologias e paradigmas, conceitos mais abrangentes. Há uma dificuldade semântica nesse debate, que reside nas diferentes terminologias para a utilização conjunta: triangulação, integração, suplementação, multimétodos, *mixed-methods*, *bridging*, hibridização. Além disso, no outro extremo, maus exemplos de práticas de integração são chamados por outros termos como subordinação e simples justaposição. Mas a triangulação ou integração técnica está no mesmo plano da metodológica?

Veremos, em seguida, algumas posições suscitadas por outra análise que nos relembra os diversos planos que compõem a reflexão metodológica.

Inter-relação entre os Planos

Um artigo de Alan Bryman (1984) retoma alguns dos pontos centrais da controvérsia entre Ritzer e Snizek, além de permitir relacionar essa discussão com o debate sobre pesquisa quantitativa e qualitativa.

Para Bryman, muito do debate em torno da utilização combinada de métodos qualitativos e quantitativos se sustenta em uma confusão entre métodos de pesquisa e metodologia, entre questões técnicas e questões epistemológicas, sendo que cada qual indica um nível de análise diferente:

Enquanto o aparente debate entre metodologias qualitativas e quantitativas pode ter algum significado em um nível epistemológico, (...) no contexto da prática da pesquisa não há ligação direta entre esses preceitos e técnicas particulares, já que a pesquisa tipicamente se utiliza de ambos os elementos (p. 88).

Para o autor, a relação entre metodologia e técnicas da pesquisa empírica não é mais do que uma convenção. E acrescenta logo em seguida: “pode ser o caso de se dizer que as técnicas são neutras em relação a questões e debates epistemológicos” (*Idem, ibidem*).

As principais idéias de Bryman encontram ressonância no texto de Jennifer Platt sobre a relação entre o funcionalismo e o método de pesquisa de *survey*. Mais do que a esse relacionamento específico, interessamos a generalização que realiza. Para a autora, assumir que em um método está implícita uma posição teórica “implica que nenhuma criatividade adicional é requerida para desenvolver um método e que os métodos não possuem base social ou processos de desenvolvimento independentes daqueles das teorias” (Platt, 1986, p. 505). Desse modo, não há nenhuma relação necessária, sem que implique dizer que isso nunca aconteceu. Para Platt, fica claro que a relação entre método e teoria tem mais a ver com posições normativas do que com a prática da disciplina, uma idéia já destacada no texto de Ritzer.

Seguindo o argumento de Platt, os métodos de pesquisa possuem uma autono-

mia relativa, adquirida pelo desenvolvimento da pesquisa empírica, tornando-se uma especialidade diferente da teoria: “como consequência, uma hegemonia dentro de uma das especialidades não necessariamente se difunde a outra como uma séria influência intelectual” (p. 526). Isso ajudaria a explicar o predomínio da utilização de entrevistas e questionários tal como observados pelo estudo empírico de Snizek.

Tese polêmica, que gerou pouco depois uma resposta crítica na mesma publicação (Layder, 1988) e que recolocou as marcas do debate. No texto de Derek Layder, a perspectiva epistemológica dita o teor do argumento. Segundo o autor, existe sim uma relação racional necessária entre elementos que possuem uma mesma infra-estrutura epistemológica, relação bem diferente da que poderia existir em nível ontológico, esse último corretamente retratado por Platt. Assim, “(...) práticas de pesquisa (métodos) nunca são autônomos em relação a um tal conjunto de idéias” (Layder, 1988, p. 446), o que caracteriza uma relação de “*interdependência acausal*” entre ontologia e epistemologia.

Para Layder, mesmo indicando, como fez Platt, que historicamente funcionalismo e *survey* não possuem uma relação “ontológica” necessária, há uma conexão epistemológica entre ambos, assemelhada a uma intersecção com o discurso positivista e com o empiricista, mesmo se isso não estiver sendo levado em conta na escolha dos métodos pelo pesquisador.

Posições contrárias, resumidas da seguinte maneira por Platt em uma comunicação pessoal a Layder (1988, p. 452): “respostas históricas são necessárias para perguntas históricas, respostas epistemológicas, a perguntas epistemológicas”. De um lado, uma perspectiva histórico-técnica do desenvolvimento e dinâmica das práticas de pes-

quisa e, de outro, uma perspectiva epistemológica focada nos pressupostos distintos entre os métodos, impedindo uma integração. Permanece o debate nas linhas gerais que mostramos anteriormente.

É comum aos argumentos de Platt, Bryman e Kelle uma visão que concede proeminência à dinâmica das práticas de pesquisa social, longe de ser mero reflexo de decisões teóricas. Mas mesmo Layder (1988) também não pode ser entendido como totalmente contrário a essa posição, quando afirma: “(...) minha abordagem alternativa não sustenta uma visão que comprometimentos teóricos fundamentais devem determinar a prática em um sentido causal” (p. 451). De certa forma, é congruente com o argumento de Platt:

A conexão racional acausal que indiquei não implica um “ajuste perfeito” entre teorização e métodos de pesquisa, mas implica sobreposição de, ou inter-relação entre, noções centrais em diferentes níveis no discurso. Além disso, muito claramente os métodos possuem bases sociais independentes e podem retardar ou antecipar movimentos na teoria social (*Idem, ibidem*).

A integração entre prática de pesquisa e teoria social é um dos pilares em que se baseia outro trabalho posterior de Derek Layder (1998). Contrário à especialização excessiva nas ciências sociais, sua *adaptive theory* procura integrar teoria geral e conteúdos teóricos substantivos, já acumulados em uma área específica, com a dinâmica da pesquisa empírica, conservando o potencial de emergência dos dados e, com isso, de reformulações, aprimoramentos ou mesmo abandonos das teorias utilizadas. O princípio é que não existem dados livres de teorias e, em vez de sobredimensionar a prática da coleta e análise dos dados, como faz a *grounded theory*, caindo até no positivismo que critica, é necessário reco-

nhecer a inexorável carga teórica no processo de pesquisa, como quando afirma:

A pesquisa está conectada com questões filosóficas e nunca pode ser neutra em relação a teorias. Mesmo um pesquisador que alegue que sua teoria [extraída indutivamente] não é afetada por definições teóricas [*a priori*], inevitavelmente, estaria realizando uma alegação teórica a esse respeito (Layder, 1998, p. 22).

A novidade neste trabalho está na defesa do que chama de “abertura epistemológica”, o que implica considerar pelo menos três elementos: teorias gerais devem estar abertas a transformarem-se de acordo com resultados empíricos; como discursos, elas devem estar abertas à influências mútuas; e diferentes métodos e técnicas de coleta de dados podem estar combinados em uma abordagem multiestratégica. Este último ponto, no entanto, não significa desconsiderar pressupostos, como quando Layder (p. 42) diz que:

Antes de qualquer compromisso que um diálogo entre diferentes métodos e técnicas possa se estabelecer, há que se considerar algumas das premissas e compromissos implícitos, os quais podem trabalhar contra a consecução desse objetivo.

Estratégias de Superação

Eis o que surge então a partir de uma revisão da discussão metodológica: há, de um lado, tentativas de fundamentar a integração de modo mais aprofundado, mas esbarram na divisão fundamental do “cenário do conhecimento da realidade social” ou em conceitos como de paradigma, olhar, compromisso e ecletismo; de outro, há a prática da pesquisa empírica (e a discus-

são/transmissão do conhecimento mais operacional nos manuais), que se desenvolveu como uma especialidade à parte, sem se restringir ao que os pressupostos das técnicas podiam dizer implicitamente. Desse modo, na contramão das aporias epistemológicas, a pesquisa social caminha na direção da utilização combinada de técnicas e metodologias: é uma tendência crescente da ciência social e da pesquisa social como um todo, como aponta Flick (2002).

Isso parece claro para muitos dos autores citados aqui, e esse é um ponto de inflexão onde o debate é revertido em implicações práticas para a pesquisa imbuída de reflexividade. Assim, vários argumentos podem ser elencados na defesa da integração metodológica, cada qual com um raciocínio próprio. Ou seja, existem algumas boas razões para se fazer uma pesquisa multimétodos, como exemplos (*exemplars*) na solução de nossos quebra-cabeças. Talvez o esforço seguinte seja o de pensar se são mesmo boas razões. Em todo caso, o que pretendo destacar adiante é uma breve sistematização das principais posições que podem justificar a integração técnica e metodológica (ou triangulação). É importante lembrar, de antemão, que quase todos os autores combinam mais de um argumento e que essas posições também estão sujeitas a críticas, sendo algumas mais consistentes e mais bem fundamentadas que outras.

1º argumento: “definição moderada”

Retomando Layder (paramos onde ele sugeria uma abordagem multiestratégica, sem desconsiderar a diferença entre pressupostos), a solução que ele oferece reside em uma “*definição moderada*”, de forma a permitir complementaridade das principais alternativas implícitas em questão – teorização indutiva ou dedutiva, epistemologia da ciência social positivista ou interpretivista e ontologia da realidade social objetivista ou

subjetivista, como no extrato a seguir: “A *adaptive theory* tenta desviar-se da incompatibilidade, evitando definições extremas, rígidas ou dogmáticas (...), concebendo [as posições] como discursos potencialmente abertos” (Layder, 1998, p. 135). A intenção é conciliar a ontologia plural do mundo social com os níveis independentes mas inter-relacionados da interação e da estrutura social, com uma epistemologia também plural e dialógica.

O livro de Layder tem a vantagem de considerar os dois pólos do debate sem desconsiderar questões mais abstratas, mas nem por isso irrelevantes, e sem inviabilizar filosoficamente uma pesquisa integrada ao supervalorizar divisões rígidas em relação ao conhecimento em ciências sociais. Em vez disso, ele nos incita a pensar sobre a complexidade do mundo social, que remonta a Weber, por meio de um diálogo entre perspectivas e metodologias complementares. Ou como coloca Uwe Flick (2002, p. 17):

Seria especialmente importante discutir como conceitualizar de forma tal que leve seriamente em consideração ambas as abordagens [os que ressaltam a incompatibilidade e os integracionistas] e suas particularidades teóricas e metodológicas sem qualquer subordinação prematura de uma abordagem pela outra.

2º argumento: ação e estrutura

Dentro desse debate entre metodologias quantitativas e qualitativas, outros autores recorrem para o que seriam os aspectos fundamentais ou ontológicos do mundo social para embasar uma posição conciliatória. Fielding e Fielding (1986) advogam a articulação das técnicas em função de uma articulação teórica entre ação e estrutura, que está significativamente presente na teoria sociológica nos últimos 25 anos (ver tam-

bém Brettell, 2002; Monsma, 2001). Essa idéia está presente na sistematização do fluxo teórico da sociologia elaborada por Jeffrey Alexander, segundo a qual a sociologia contemporânea volta a caminhar para uma síntese, depois da tentativa frustrada de Talcott Parsons (Alexander, 1987). A teoria sociológica, dotada de um movimento pendular, lutando contra a hegemonia do estrutural-funcionalismo, rumou ao outro extremo, o desacordo total. Daí as extremadas elaborações teóricas da microsociologia (etnometodologia, individualismo metodológico, escolha racional etc.) e da macrosociologia (estruturalismo, análise de classe, althusserianismo etc.), em um diálogo de surdos.

A articulação teórica entre estrutura e interação, entre objetivismo e subjetivismo, entre fatos sociais e definições sociais, macro e microsociologia, figura entre as principais idéias de autores de destaque na teoria social contemporânea, como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, além de permear a literatura clássica na disciplina, presente em Marx, Weber e Durkheim, apesar das diferentes ênfases durante seus escritos (Bourdieu, 2000; Giddens, 1978; Alexander *et al.*, 1987).¹⁰

Retomando, os Fielding recomendam uma visão dualista, de apreensão da estrutura e da interpretação em um desenho de pesquisa, com pelo menos um método para cada “semblante” da sociedade. A articulação metodológica possuiria, portanto, uma legitimidade teórica. Em contrapartida, os métodos podem ter e fornecer uma multiplicidade de finalidades e perspectivas para cada desenho de pesquisa, como os autores afirmam quando lembram que “certamente nós não relacionaríamos métodos quantitativos com uma única ou principal orientação para as estruturas” (Fielding e Fielding, 1986, p. 83).

3º argumento: contextuais

Javier Callejo, mesmo influenciado pelo livro dos Fielding, percebe a articulação dos métodos como reflexo também de mudanças no contexto da investigação social, daí afirmar que “a necessidade de articular o microsociológico com o macrosociológico é *outro* fator impulsionador da articulação do qualitativo com o quantitativo” (Callejo, 1998, p. 105; *destaque meu*). Os demais fatores que Callejo relaciona são a admissão dos dados qualitativos como via de investigação formal nos moldes quantitativos, as inúmeras críticas ao método quantitativo em questões relativas a pressupostos, análise e interpretação dos dados, a linguagem e a fraca relação entre conceitos e indicadores e as conseqüências do pós-modernismo e sua cultura do ecletismo. Essa multiplicidade de fatores levantada por Callejo seria um forte argumento para prevenir uma relação entre integração metodológica de forma direta em função da teoria social.

4º argumento: pragmatismo

Um exemplo recente de pesquisa combinando metodologia quantitativa e qualitativa ajuda a explicitar as linhas gerais desse argumento que confere não-relevância aos aspectos epistemológicos e ontológicos do mundo social:

É nossa visão que a diferença essencial entre métodos quantitativos e qualitativos está nas distintas maneiras de se ir da parte para o todo. Mas nós interpretamos isso como uma conseqüência não de concepções fundamentalmente diferentes do mundo social e do modo como estas deveriam ser percebidas em uma pesquisa, mas de técnicas de coleta e análise de dados que, embora diferentes, podem ser combinadas para produzir respostas mais completas para nossas questões (Marpsat, 2001).

Trata-se de um texto de uma estatística francesa sobre sua pesquisa com os sem-teto. É isso que começam a denominar por “hibridização”, ou seja, “o uso pragmático de princípios metodológicos e a fuga de uma filiação restritiva a um discurso metodológico específico” (Flick, 2002).

Vimos também esse argumento pragmático no já citado texto dos Castro Nogueira, em sua quinta tese. Mesmo que se leve a sério, como os autores, a tal irredutibilidade entre fatos e processos, a pesquisa empírica não é realizada sem “requerimentos pragmáticos”:

Qualquer um que tenha experiência investigadora sabe que a prática da investigação transforma as aporias e diferenças teóricas mais irredutíveis em uma aparência de formas metodológicas e técnicas concretas, implementadas com a finalidade de propor soluções a problemas práticos (Castro Nogueira e Castro Nogueira, 2002, p. 8).

Ainda não é comum, mas pode-se construir um argumento integrador tendo como base o neo-pragmatismo de filósofos como Richard Rorty, em sua crítica à reflexão que paralisa a ação, advogando o

abandono de algumas amplas e arraigadas concepções sobre filosofia e epistemologia (...) e do debate filosófico se não tiver consequências visíveis, apontando especialmente o que ele vê como debates infrutíferos sobre a natureza das coisas onde não há como decidir entre visões em competição (Baert, 2001, p. 142).

5º argumento: planos distintos

Consiste em considerar que técnicas e metodologias/paradigmas não possuem uma relação direta. Vimos este argumento nos textos de Bryman e Platt. Escolher uma técnica quantitativa não significa adotar, mesmo implicitamente, o paradigma positi-

vista, digamos. A literatura é rica em exemplos que provam esse desequilíbrio do normativo-ideal, como Snizek analisou. Parsons, grande expoente do estrutural-funcionalismo, era um que se utilizava de uma ampla variedade de métodos, muitos qualitativos. Como afirmam Reichardt e Cook (1979), existem muitos pesquisadores que usam métodos quantitativos e adotam uma postura fenomenológica, assim como é possível conduzir uma pesquisa nos moldes positivistas mesmo sendo etnográfica. Nas palavras de Marli André (1991, p. 164):

Assim, poder-se-ia concluir dizendo que, do ponto de vista das técnicas de coleta, a convergência é possível e não raro desejável para que se possa chegar a uma aproximação do real que se pretende conhecer. No que se refere aos pressupostos ou à lógica [metodologia] que preside o uso destas técnicas, a convergência parece não só indesejável, mas sobretudo impossível. Em um caso temos um processo de pesquisa orientado por uma lógica formal, que se caracteriza por uma concepção linear do conhecimento. Em outro, temos uma lógica conceitual que se insere numa perspectiva dinâmica de conhecimento e a incompatibilidade entre elas parece evidente.

6º argumento: coexistência paradigmática

A indefinição acerca da noção de paradigma faz com que seja possível pensar em uma aplicação distinta da que faz Kuhn, pontuando decisivas diferenças entre as ciências sociais e as naturais. É o que propõe Irene Gialdino. Na sociologia, não existe um paradigma único dentro do qual a solução de problemas seria progressiva, nem a necessidade de uma substituição por outro paradigma na ocorrência de anomalias (Gialdino, 1992). Assim, conceitos como ciência normal ou revolução científica não caberiam. O que ocorre, em contrapartida, é que a própria coexistência paradigmática, onde teorias, concei-

tos e métodos de diferentes paradigmas são utilizados em um mesmo objeto, possibilita a acumulação de conhecimento e o desenvolvimento das ciências sociais.

E, nesse sentido, a teoria da ação comunicativa habermasiana, e os três mundos coexistentes – objetivo, subjetivo e social –, reforçaria o argumento. Como diz a autora: “De alguma maneira, a teoria da ação comunicativa vem resolver o aparente conflito entre paradigmas mediante a assimilação e a superação de grande parte de pressupostos que pareciam irreconciliáveis” (Gialdino, 1992, p. 29). É tal a complexidade de nossos objetos de estudo que apenas a convergência metodológica seria capaz de dar conta dos fenômenos processados nos três mundos, com a contribuição dos três paradigmas que a autora identifica na produção sociológica: o materialista histórico, o positivista e o interpretativo.

7º argumento: foco no problema

Essa é uma das mais utilizadas. Diz respeito à utilização das técnicas de pesquisa que sejam apropriadas para determinado problema em investigação, ou às questões de pesquisa, independente de quais sejam. Reichardt e Cook (1979, p. 20) escrevem sobre isso, para a área que representam (avaliação): “Ao invés de serem rivais incompatíveis, os métodos podem ser utilizados combinados de acordo com a exigência da questão de pesquisa”. Também está presente no livro de metodologia qualitativa de Teresa Haguette (2001, p. 101):

acreditamos com Trow que diferentes tipos de informação sobre o homem e a sociedade são coletadas em maior profundidade e de forma mais econômica de maneiras diferentes, e que o problema sob investigação é que dita o método de investigação.

Esse debate da pesquisa qualitativa, que Flick (2002, p. 20) chama de “indicação” –

“similarmente à maneira pela qual, na medicina ou na psicoterapia, a adequação de um certo tratamento para problemas e grupos de pessoas específicos é verificada” –, requer desenvolvimentos futuros e a busca de critérios que possam dizer quando métodos qualitativos são mais apropriados ou quando uma combinação de técnicas é a mais indicada. Nesse caso, as críticas recaem à pouca atenção dada ao fato de que determinadas formas estabelecidas de se “visualizar” um problema de pesquisa e seu desenho podem impedir a procura de alternativas, ainda mais quando nem todos os pesquisadores são capacitados em todas as metodologias e técnicas disponíveis.

8º argumento: alcances e limites

No livro de Haguette, também se pode perceber outro argumento importante na metodologia de pesquisa em ciências sociais: toda técnica ou metodologia tem alcances e limites definidos, não conseguem apreender toda a complexidade do mundo social. Questionários, por exemplo, não conseguem captar nada além de potencialidades de ação, que se costuma chamar de atitude, mas que não significa a ação em si. Esta pode ser visualizada em uma observação participante, por exemplo, mas, nessa técnica de pesquisa a validade externa (questões de generalização/análise dos dados) é limitada assim como a comparabilidade dos dados.¹¹ Umas técnicas são mais econômicas, outras são mais ágeis.

De maneira semelhante, a preocupação de Denzin no início do debate sobre integração estava em articular técnicas para aumentar a validade interna (isto é, se as técnicas captam aquilo que foram desenhadas para captar ou se forçam nos pesquisados uma definição realizada previamente pelo pesquisador, ou seja, de coleta de dados) e externa, e diminuir os vieses. Assim ele escreveu:

Nenhum único método é sempre superior. Cada um tem forças e fraquezas especiais próprias. É chegada a hora de os sociólogos reconhecerem este fato e caminharem a uma posição que os permita abordar seus problemas com todos os métodos relevantes e apropriados, em uma estratégia de triangulação metodológica (Denzin *apud* Blaikie, 1991, p. 116).

Com a triangulação, a fraqueza de um método seria preenchida pela força de outros, se eles não compartilharem os mesmos defeitos. No entanto, essa perspectiva é criticada por Blaikie e pelos Fielding.

9º argumento: estilos diferentes

Em um livro que se tornou clássico na área de metodologia nos Estados Unidos, King, Keohane e Verba (1994) vêem as diferenças entre as tradições de pesquisa quantitativa e qualitativa como de “estilo”, tendo como pano de fundo a mesma lógica de inferência presente em toda pesquisa nas ciências sociais: “(...) as diferenças entre as tradições quantitativa e qualitativa são apenas estilísticas e não são metodologicamente e substancialmente importantes” (p. 4). Mesmo no âmbito limitado deste texto, é questionável pelo que já foi visto afirmar que o objetivo de toda a atividade em ciência social é inferir ou “fazer inferências descritivas e explanatórias com base em informações empíricas sobre o mundo (...) que vão além das observações particulares coletadas” (p. 8).

Becker (1996) tem um argumento similar e não menos polêmico. Ele insiste que o que há são diferenças em estilos de trabalho, tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa “compartilham a mesma epistemologia, ou uma muito similar” (p. 53) ou “apenas funcionam em situações diferentes e perguntam questões diferentes” (p. 66), mesmo quando, pelo seu texto, escrito a

partir de uma participação em conferência, pode-se perceber que seus interlocutores não acharam que sua posição resolvia verdadeiramente os problemas.

Mesmo assim, existe aqui uma afinidade com a posição mais atual de Blaikie (2000) no que concerne à mediação entre métodos e “estratégias de pesquisa”. Antes de pressupostos inerentes, as técnicas adquirem os pressupostos da estratégia na qual estão inseridas e que pode ser indutiva, dedutiva, retrodutiva ou abdutiva.¹² Uma das formas de se obter uma combinação legítima de métodos e dados é trabalhar tendo em vista uma mesma estratégia de pesquisa e, assim, os mesmos pressupostos ontológicos e os mesmos critérios de validade.

10º argumento: em seqüência

A outra forma de triangulação proposta por Blaikie é a utilização de diferentes métodos, em diferentes estratégias de pesquisa, em estágios distintos de um mesmo projeto de pesquisa. No entanto, para o autor, isso não é precisamente triangulação, pois esta buscaria um retrato mais completo da realidade ao se apoiar em mais de uma metodologia ou método como fonte de informação para um mesmo fenômeno. Como cada estratégia de pesquisa diz respeito a pressupostos diferentes sobre a realidade social, não procede que o limite ou o viés de um método seja superado pela força de outros, promovendo assim maior validade.

Com certa afinidade com o “foco no problema”, esta posição de convergência é bastante comum em desenhos de pesquisa complexos, ou nos quais uma etapa anterior é imprescindível para o encaminhamento da próxima, normalmente em fenômenos relacionados mas não coincidentes. Um exemplo é a pesquisa realizada por Neuma Aguiar (1978) no Nordeste, onde ela combinou *sur-*

vey e observação participante. Também é costume realizar ambas as metodologias, quantitativa e qualitativa, em seqüência, nos termos que uma fornece alcance ou cobertura e outra dá profundidade, ou que uma explora e a outra confirma. Um discurso que se tornou bem difundido na pesquisa privada.

Conclusão

Foram vistos dez motivos utilizados para justificar uma articulação técnica e metodológica, uns mais fortes, outros mais fracos. Apesar de questões relacionadas a essas justificativas certamente ensejarem um trabalho maior do que o âmbito deste texto, alguns enfoques (principalmente os extremamente pragmáticos) trazem consigo o inconveniente de negligenciar questões epistemológicas a respeito da natureza do conhecimento possível com nossos instrumentos de pesquisa, e que nunca estão separadas da prática da pesquisa social empírica.

Quer se denomine crítica ou reflexão, metodológica ou epistemológica, epistemologia prática ou sociologia da ciência,¹³ a pesquisa social está cada vez mais comprometida em adquirir altos níveis de consciência a respeito da prática da pesquisa, analisando desde a construção da informação que serve de referencial empírico para o trabalho sociológico até a problematização de cada uma das técnicas de pesquisa. Isso vale tanto para a sociologia quanto para a pesquisa de opinião realizada fora dos limites da universidade. Mais do que uma questão do local onde se realiza a pesquisa, trata-se de uma questão para o profissional. Como bem coloca Thiollent (1982, p. 15):

Não se trata de negar a necessidade de tais instrumentos sem os quais a pesquisa sociológica perderia sua especificidade, mas sim

de pôr em questão a concepção da técnica, sua estrutura interna e as condições de aplicação, variáveis segundo os tipos de população e de assuntos. Tal questionamento desemboca acerca da prática dos sociólogos. O tipo de conhecimento social encomendado pelas burocracias é condicionado pelas exigências do mercado, por certas características culturais e pelos imperativos de carreira dos investigadores, tendo como efeito desestimular o espírito crítico, a problematização e a teorização sem compromisso. A aplicação dos instrumentos se torna um fim em si.

Se, de um lado, grande parte da literatura percebe que uma técnica de pesquisa não implica necessariamente uma determinada visão sobre o mundo social, por outro, não resta dúvida de que as duas podem estar vinculadas ocasionalmente. Mais do que revelar uma concepção positivista do mundo social, um *survey* estaria vinculado a esta por outras características, tais como: a pretensão de verdade ou de correspondência com a natureza (ou de que seu instrumento mostra as coisas como elas são), a separação total entre fato e valor (o pesquisador como neutro), a relação dicotômica entre sujeito/objeto na pesquisa, um ideal de construção de leis gerais para seu objeto de pesquisa (que é diferente de realizar generalizações) e uma desconsideração com a diferença entre as ciências sociais e as naturais (linguagem, interação, representações, imaginários etc.). Guardadas as devidas proporções, um pesquisador poderia perfeitamente realizar entrevistas em profundidade com essa imagem de ciência na cabeça.

O tipo de reflexividade que me refiro coloca como objeto de análise a prática dos instrumentos de pesquisa social empírica, suas implicações e pressupostos, ou seja, estudos sobre a congruência com determinada visão sobre o conhecimento possível sobre o mundo, tais como construtivismo,

interpretativismo, behaviorismo, positivismo, operacionalismo etc., e sobre questões práticas e teóricas como a adequação à compreensão do significado da ação social, a manipulação das respostas e indução por estímulos, a inserção em contextos de relações sociais artificiais, as conseqüências da forma de recrutamento e incentivo aos entrevistados, entre outros. Na pesquisa qualitativa, por exemplo, várias são as dimensões que são estudadas: a situação de interação que pressupõe, as características do discurso produzido por essa interação, a possível não-coincidência de significados entre entrevistador e entrevistado, a construção de significados pela interação, a influência nas respostas ou o viés do entrevistador, a dinâmica nos grupos e a influência de indivíduos “altamente verbalizadores”, até questões de análise de dados por computador, critérios de validade ou da pesquisa qualitativa bem feita e discussões éticas.

Uma reflexão desse gênero não é nova, mas o crescente foco nos métodos de pesquisa sob um prisma puramente procedimental ou descritivo (como fazer) tende a desconsiderar a discussão dos “referentes conceituais e supostos subjacentes ao método”, como diz Barba (2002). Em 1951, Festinger realizava algo assim em relação aos pressupostos implicados em alguns procedimentos estatísticos (como normalidade na distribuição, variabilidade entre amostras e tipos de dados) e, na década seguinte, Lazarsfeld (1962) demonstrava uma preocupação a respeito da falta de uma análise mais filosófica dos procedimentos de pesquisa social que ele e seu grupo desenvolviam. O desafio para o pesquisador é conciliar a prática e seus interesses pragmáticos (e algumas das boas razões para a integração que abordei) sem eliminar a reflexão sobre os pressupostos que os acompanham.

Notas

- 1 É preciso ressaltar, como o faz Roberto Cardoso de Oliveira, que as tradições positivistas que constituíram fundamentalmente o início da sociologia com Comte e Durkheim não são empiricistas, como muitos tendem a observar em parte das obras desse último. Durkheim foi influenciado pelo racionalismo cartesiano em sua defesa rigorosa do método – na convergência entre ambas as tradições para a “obsessão” pela objetividade – e no papel concedido às idéias e conceitos em organizar a realidade dos sujeitos cognoscentes. Sua veia positivista está mais relacionada com a obtenção de leis gerais e universais para a explicação causal dos fatos sociais e com a adoção das ciências naturais – a biologia, nos dois casos – como referência paradigmática para o estudo da realidade social (Cardoso de Oliveira, 1995). O racionalismo durkheimiano é o fundador de sua crítica veemente às prenoções e da sua defesa do método sociológico – muito embora ambas sejam também fundamentos para os empiricistas como Bacon – e o que estrutura sua abordagem é justamente as operações categoriais (“o homem não pensa sem a ajuda de categoriais”) de estabelecimento dos fatos sociais como coisas para então extrair as leis causais para a explicação. Caracterizar um determinado autor como empiricista, racionalista ou positivista é tarefa complexa devido à multiplicidade das influências em seu pensamento.
- 2 Este texto é uma versão resumida do último capítulo da minha dissertação de mestrado (Braga, 2004) onde trabalhei com maior ênfase sobre questões profissionais derivadas de uma preocupação metodológica. E, durante o decorrer da pesquisa empírica que realizei com

- empresas de pesquisa, as questões abordadas aqui surgiram com mais intensidade, tornando imprescindível uma revisão da literatura metodológica. Agradeço aos entrevistados e aos professores Tom Dwyer, Rachel Meneguello, Josué Pereira da Silva e Fernando Lourenço.
- 3 Scribano (2000) apresenta uma categorização com doze enfoques distintos que orientam pesquisas qualitativas acadêmicas, de modo a rebater o argumento de que esse é um tipo de investigação mais fácil de se desenhar e de ser executada.
 - 4 Indiquei explicação e compreensão como modalidades diferentes para a fundamentação do conhecimento científico, pois Cardoso de Oliveira (1995), retomando Ricoeur, não considera compreensão como método. É o momento não-metódico das ciências sociais, o que não implica incompatibilidade, visto que a intersubjetividade é parte integrante da definição do método e dos critérios de validação em uma determinada comunidade científica.
 - 5 Não escapa a Ritzer (1975, p. 160), nem posso deixar de mencionar aqui, um paradoxo central para se pensar métodos de pesquisa para apreender fatos sociais: “(...) respostas individuais explicitam suas próprias definições de um fato social, e não o que um fato social ‘realmente’ é”.
 - 6 As principais críticas a Snizek referem-se à transposição de sua categorização das quatro principais correntes teóricas para adaptar-se aos paradigmas tal como delineados por Ritzer, o que implicou brechas, e à opção pela análise de artigos em jornais de “reputação e prestígio”, justamente os mais prováveis a publicar pesquisas quantitativas utilizando questionários e entrevistas.
 - 7 Outro exemplo pode ser visto no livro de Boudon e Bourricaud (1993), onde os autores entendem por paradigma “um conjunto de proposições ou enunciados metateóricos baseado menos na realidade social do que na linguagem a ser empregada para tratar dessa realidade” (p. 558), uma visão diferente da de Kuhn, como os próprios autores esclarecem. Três conjuntos de paradigmas são destacados: os classificatórios, os analógicos e os formais, sendo que percebem um mais geral, comum a todos, aquele “que concebe os fenômenos sociais, quer se trate de acontecimentos, de regularidades estatísticas, de diferenças ou semelhanças entre grupos ou sociedade, como produtos da agregação de ações individuais” (p. 564).
 - 8 Mesmo que a noção de incomensurabilidade também tenha evoluído no sentido de se restringir à impossibilidade localizada de tradução entre certas teorias rivais e que a mudança de concepção de mundo e a *gestalt switch* tenha perdido seu caráter instantâneo, adquirindo o escopo de um processo que leva tempo (Cupani, 1996), não é necessário um vínculo estrito às idéias kuhnianas para se mostrar as dificuldades e os limites de integração entre escolas de pensamento, perspectivas metodológicas, abordagens, ou qualquer outra denominação que se dê. Além disso, é um conceito largamente utilizado nas ciências sociais, com ou sem essas ressalvas.
 - 9 Outros exemplos de abordagens que sustentam a visão paradigmática estão em Lincoln e Guba (1985) e, mais recentemente, em Sale, Lohfeld e Brazil (2002).
 - 10 Outra abordagem anterior, escrita em 1966, bastante influente e criticada, de integração entre objetivismo e subjetivismo, encontra-se em Berger e Luckmann (2002).
 - 11 Isso supondo um pesquisador que realiza observação participante e se preocupa com validade externa. Na verdade, na maioria dos casos, o que ocorre é que problemas de validade se configuraram como um dos focos preferenciais das críticas dos pesquisadores incli-

nados para pesquisa quantitativa. Porém, essa crítica é limitada porque aplica os mesmos critérios de validade para ambos os tipos de pesquisa, mostrando os diferenciais de *status* das comunidades científicas (Becker, 1996). Além disso, a generalização a partir de casos particulares não é de modo algum impossível, como lembram Castro e Bronfman (2000). A busca pelos critérios para uma boa pesquisa qualitativa é uma das grandes questões metodológicas atuais.

- 12 A estratégia de pesquisa retrodutiva busca a explicação por meio da abstração sobre a real estrutura ou mecanismo que é responsável pela regularidade que se quer explicar e a abdutiva está mais relacionada com temas relativos à construção social da realidade, com a compreensão em vez da explicação.
- 13 Becker (1996) chama de sociologia da ciência ou epistemologia prática o descendente empírico da epistemologia, que ultrapassou a análise da ciência por princípios gerais para focalizar o que os pesquisadores fazem, com as necessárias acomodações à realidade.

Bibliografia

- AGUIAR, N. (1978), "Observação participante e 'survey': uma experiência de conjugação", in E. de O. Nunes (org.), *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*, Rio de Janeiro, Zahar.
- ALEXANDER, J. C. (1987), "O novo movimento teórico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2., n. 4.
- ALEXANDER, J. C. *et al.* (1987), *The micro-macro link*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- ANDRÉ, M. E. A. (1991), "Técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa: oposição ou convergência?". *Cadernos CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, n. 3, série 2.
- BAERT, P. (2001), "Richard Rorty's pragmatism and the social sciences". *History of the Human Sciences*, v. 15, n. 1.
- BARBA, C. C. (2002), "El grupo de discusión en el estudio de la cultura y la comunicación: revisión de premisas y perspectivas". *Revista Mexicana de Sociología*, v. 44, n. 2.
- BAUER, M. W. & GASKELL, G. (2003), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed., Petrópolis, Vozes.
- BECKER, H. S. (1996), "The epistemology of qualitative research", in R. Jessor *et al.* (eds.), *Ethnography and human development: context and meaning in social inquiry*, Chicago, University of Chicago Press.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. (2002), *A construção social da realidade*. 21. ed. Petrópolis, Vozes.
- BLAIKIE, N. W. H. (1991), "A critique of the use of triangulation in social research". *Quality & Quantity*, v. 25, n. 2.

- _____. (2000), "Using triangulation and comparative analysis to advance knowledge in the social sciences: the role of four research strategies". Texto apresentado na 5ª Conferência Internacional de Lógica e Metodologia, Colônia, Alemanha.
- BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. (1993), *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo, Ática.
- BOURDIEU, P. (2000), *Esquisse d'une theorie de la pratique*. Paris, Éditions du Seuil.
- BRAGA, E. C. F. (2004), *Ciências sociais e o mercado da pesquisa: questões de sociologia dos cientistas sociais*. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas.
- BRETTELL, C. B. (2002), "The individual/agent and cultural/structure in the history of the social sciences". *Social Science History*, v. 26, n. 3.
- BRYMAN, A. (1984), "The debate about quantitative and qualitative research: a question of method or epistemology?". *The British Journal of Sociology*, v. 35, n. 1.
- CALLEJO, J. (1998), "Sobre el uso conjunto de prácticas cualitativas y cuantitativas". *Revista Internacional de Sociología*, 21, tercera época.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (1995), "O lugar (e em lugar) do método". *Série Antropologia*, 190, Brasília, UnB.
- CASTRO, R. & BRONFMAN, M. N. (2000), "Integration of qualitative and quantitative methods in social research of health: some unsolved problems". Texto apresentado na 5ª Conferência Internacional de Lógica e Metodologia, Colônia, Alemanha.
- CASTRO NOGUEIRA, M. A. & CASTRO NOGUEIRA, L. (2002), "Hacia una correcta comprensión de la metodología cualitativa". *Política y Sociedad*, 39 (2): 481-96, maio-ago., Universidad Complutense de Madrid.
- CUPANI, A. (1996), "Inconmensurabilidad: problemas y fecundidad de una metáfora". *Manuscrito: Revista Internacional de Filosofía*, v. 19, n. 2.
- DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. (eds.). (2000), *Handbook of qualitative research*. 2. ed., Thousand Oaks, California, Sage.
- ECKBERG, D. L. & HILL Jr., L. (1979), "The paradigm concept and sociology: a critical review". *American Sociological Review*, v. 44, n. 6.
- _____. (1981), "Clarifying confusions about paradigms: a reply to Ritzer". *American Sociological Review*, v. 46, n. 2.
- FESTINGER, L. (1951), "Assumptions underlying the use of statistical techniques", in M. Jahoda et al. (eds.), *Research methods in social relations (with special reference to prejudice), part 2: selected techniques*, New York, The Dryden Press.
- FIELDING, N. G. & FIELDING, J. L. (1986), *Linking data: the articulation of qualitative and quantitative methods in social research*. Newbury Park, Sage.
- FLICK, U. (2002), "Qualitative research: state of the art". *Social Science Information*, v. 41, n. 1.

- GIALDINO, I. V. de. (1992), *Métodos cualitativos I: los problemas teórico-epistemológicos*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.
- GIDDENS, A. (1978), *Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva das sociologias compreensivas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HAGUETTE, T. M. F. (2001), *Metodologias qualitativas na sociologia*. 8. ed., Petrópolis, Vozes.
- JOHNSON, A. G. (2000), *The Blackwell dictionary of sociology: a user's guide to sociological language*. 2. ed., Oxford, Blackwell.
- KELLE, U. (2001), "Sociological explanations between micro and macro and the integration of qualitative and quantitative methods". *Forum: Qualitative Social Research* [On-line Journal], v. 2, n. 1. Disponível na internet: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>
- KING, G.; KEOHANE, R. O. & VERBA, S. (1994), *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton, Princeton University Press.
- KUHN, T. S. (1962/2003), *A estrutura das revoluções científicas*. 7. ed. São Paulo, Perspectiva.
- LAYDER, D. (1988), "The relation of theory and method: causal relatedness, historical contingency and beyond". *The Sociological Review*, v. 36, n. 3.
- _____. (1998), *Sociological practice: linking theory and social research*. Londres, Sage.
- LAZARFELD, P. F. (1962), "Philosophy of science and empirical social research", in E. Nagel et al. (eds.), *Logic, methodology and philosophy of science: proceedings of the 1960 International Congress*, Stanford, Stanford University Press.
- LINCOLN, Y. S. & GUBA, E. G. (1985), *Naturalistic inquiry*. Beverly Hills, Sage.
- MARPSAT, M. (2001), "Problems in comparative and triangulated homelessness research". *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 71.
- MAY, T. (2004), *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed., Porto Alegre: Artmed.
- MONSMA, K. (2001), "Estrutura e ação na teoria social contemporânea". *Teoria & Pesquisa*, n. 38 e 39.
- PEREIRA, J. C. R. (2001), *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. 3. ed., São Paulo, Edusp.
- PLATT, J. (1986), "Functionalism and the survey: the relation of theory and method". *The Sociological Review*, v. 34, n. 3.
- REICHARDT, C. S. & COOK, T. D. (1979), "Beyond qualitative versus quantitative methods", in T. D. Cook & C. S. Reichardt (eds.), *Qualitative and quantitative methods in evaluation research*, Beverly Hills, Sage.
- RITZER, G. (1975), "Sociology: a multiple paradigm science". *The American Sociologist*, v. 10, n. 3.
- _____. (1977), "Letter: on the relationship between paradigms and methods". *The American Sociologist*, v. 12, n. 1.

_____. (1981), "Paradigm analysis in sociology: clarifying the issues". *American Sociological Review*, v. 46, n. 2.

SALE, J. E. M.; LOHFELD, L. H. & BRAZIL, K. (2002), "Revisiting the quantitative-qualitative debate: implications for mixed-method research". *Quality & Quantity*, 36.

SCRIBANO, A. (2000), "Reflexiones epistemológicas sobre la investigación cualitativa en ciencias sociales". *Cinta de Moebio* [Revista eletrônica], n. 8, Universidad de Chile. Disponível na internet: <http://rehue.csoliales.uchile.cl/publicaciones/moebio/08/frames06.htm>

SNIZEK, W. E. (1975), "The relationship between theory and research: a study in the sociology of sociology". *Sociological Quarterly*, 16.

_____. (1976), "An empirical assesment of sociology: a multiple paradigm science". *The American Sociologist*, v. 11, n. 4.

THIOLLENT, M. (1982), *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed., São Paulo, Polis.

• Artigo recebido em jul/2007

• Aprovado em ago/2007

Resumo

Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica

No decurso de uma investigação empírica, o volume e as variações na literatura metodológica podem confundir o pesquisador em vez de servir-lhe como guia de trabalho. Esse é o pano de fundo deste artigo, que apresenta algumas questões metodológicas e epistemológicas relativas à pesquisa social empírica de orientação qualitativa, para então se debruçar sobre o debate em torno da utilização conjunta de técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas. Duas questões estão por trás do desacordo entre integracionistas e seus opositores: a incomensurabilidade paradigmática e a inter-relação entre planos ou entre teoria e técnica. Por fim, é apresentada uma sistematização dos principais argumentos que justificam a integração técnica e metodológica (ou triangulação).

Palavras-chave: Pesquisa social empírica; Metodologia, quantitativa e qualitativa; Técnicas e instrumentos.

Abstract

Between Facts and Discourses: on the Debate about Technical-methodological Convergence

In the making of an empirical investigation, the volume and variations in methodological literature may confuse the researcher rather than serve as guidelines for fieldwork. With this back-

ground, this article presents some methodological and epistemological issues related to empirical social research of a qualitative orientation in order to deal with the debate of using conjointly qualitative and quantitative research techniques. Between integrationists and their critics there are two questions: paradigmatic incommensurability and the interrelations between plans or between theory and techniques. Finally, a systematization of the major arguments that justify the technical and methodological integrations (or triangulation) is presented.

Keywords: Empirical Social Research; Methodology Quantitative and Qualitative; Techniques and Instruments.

Résumé

Entre faits et discours: à propos du débat sur la Convergence Technique-méthodologique

Au cours d'une recherche empirique, le volume et les variations dans la littérature méthodologique peuvent confondre le chercheur au lieu de le guider dans son travail. Voilà la toile de fond de cet article, qui présente quelques questions méthodologiques et épistémologiques relatives à la recherche sociale empirique dans un contexte qualitatif. Il aborde ensuite le débat sur l'usage simultané de techniques de recherche quantitatives et qualitatives. Deux questions sont à la base de ce désaccord entre les intégrationnistes et leurs opposants : l'incommensurabilité paradigmatique et l'interrelation entre plans ou entre théorie et technique. Finalement, l'article présente une systématisation des principaux arguments qui justifient l'intégration technique et méthodologique (ou triangulation).

Mots-clés: Recherche sociale empirique; Méthodologie quantitative et qualitative; Techniques et instruments.